

cretário comunicou não haver número regimental, e de imediato, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lancesse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação, aprovada, será assinada para que produz seus efeitos legais.

Ata da Vigésima Sétima, Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Legislação, da Câmara Municipal de Cabo São Roque, realizada no dia vinte e sete de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete.

As dez e meia horas do dia vinte e sete de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, sob a Presidência do Vereador Waldir Mauricio de Aguiar Neto e com a ocupação da primeira Secretaria pelo Vereador Braz Depedito Arcanjo Filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São Roque. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guayr Silva do Rocha, Aires Bezerra de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Edson Silva Magalhães, Eduardo Corrêa, Gustavo Antônio Guimarães Bergerer, Jânio dos Santos Mendes, Joaquim Schwingdt, Manoel Antônio da Silva Filho, Roberto Trindade Corrêa, Maria Auxiliadora Ramos Abônica, Milton Roberto Perera de Souza, Omar Camparo da Silva, Silas Rodrigues Bento e Valcyr Rodrigues da Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada em quatro votos contrários a Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordina-

nária do primeiro período legislativo. O senhor presidente, após o cumprimento do rito regimental, voltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Ponente, assunto: O Juiz de Direito, Titular da Vara Única da Comarca de Arraijal do Cabo, convidado Sr. Ex.^o e família para a instalação da 146.^a Zona Eleitoral do Estado de São Paulo, no próximo dia 03 de junho/97, às 11:00 horas, nas dependências do Edifício do Fórum da Comarca de Arraijal do Cabo, situado à Rua José Pinto de Macedo, 51^o, Rainha, requerimento nº 059/97 de autoria do Vereador Gilas Rodrigues Pinho, assunto: Solicita à Telcel a instalação de telefone comunitário (ourelhão), na Rua Independência, Bairro de São Quirino, Indicação nº 135/97 de autoria do Vereador Volney Rodrigues da Silva, assunto: Solicita ao Ex.^o Sr. Prefeito Municipal a construção de um pórtico monumental, em forma de arco de vento na entrada da cidade, Indicação nº 136/97 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêcnica, assunto: Solicita ao Ex.^o Sr. Prefeito Municipal, instalação de iluminação pública na Rua do Capuru, Bairro Novo, Indicação nº 137/97 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêcnica, assunto: Solicita ao Ex.^o Sr. Prefeito Municipal, instalação de iluminação pública na Rua Fortaleza, Bairro Jardim Caiçara, Indicação nº 138/97 de autoria da Vereadora Maria Auxiliadora Ramos Rêcnica, assunto: Solicita ao Ex.^o Sr. Prefeito Municipal, pintura e sinalização dos quebra-molas existentes em nosso Município. Terminada a leitura do Expediente o Senhor Presidente franqueou a Tribuna aos Senhores inscrites. Como único orador inscrito, ocupou a Tribuna o Vereador Pires Pessoa de Figueiredo, frisando que ocupava a Tribuna para falar sobre assunto que ainda motivava comentários na cidade, visto os acontecimentos do último Sessão da Câmara. Não lamentar que alguns Vereadores, com conhecimento da matéria haviam se brevesado abertos em

humilhar a sessão com a impudência de ether ganhar. Rolhuw
 ponderou que o político obrigatoriamente tinha que ter discipli-
 na política, pois já se reconhecia a prática em que o momento
 era aproveitado sem qualquer ética. falou do que considerava
 o político falido, edípto do "quanto pior melhor", pois também
 já fora banido. disse que hoje o político comprometido com as
 causas maiores, ficava ao lado do progresso, do avanço e
 pudiendo tudo que era retrógado na vida pública. falou a re-
 quir daqueles que insultavam o povo tendo como motivo uma
 situação que sequer havia pleno conhecimento público, obser-
 vando que jovens sequer sabiam o por que estavam na Cá-
 mara. falou que na sessão do dia 22 de maio, os jurista
 viam sido levados e enforcaram os Vereadores, que
 cumpriam com seus deveres e, apenas adequavam o tex-
 to da Lei Orgânica ao Projeto do Governo Federal quanto a
 Educação. Citou a Constituição Federal, determinando míni-
 mo de vinte e cinco por cento do orçamento para a Educa-
 ção. Ainda em relação ao que considerava os lamentáveis
 acontecimentos do dia 22 de maio, disse que ao longo dos
 seus mandatos jamais se prevalecera de situações para
 agir contra outros colegas Vereadores, sem covices, sem
 apitos, sem pedras, pois tal ambiente não era natural dos
 professores e muito menos dos alunos, e assim, repeliu
 talmente a aqueles que se prevalecendo de um fato político
 haviam perbulhado de tal constrangimento. disse que alguns
 que aprendiam tal tipo de comportamento, liderados por me-
 professores, seriam jovens marcados sempre pela marca do an-
 gústimo. afirmou que o que ocorrera naquela sessão do dia
 22 de maio, fora uma baderna organizada por professores de
 Rui Barbosa, por sua Diretora e pelos políticos, pelo menos que-
 ro, ressaltando o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Durães
 que apenas se limitara ao seu discurso, não permanecendo no bar-
 tomondo enxada e pagando para os jovens a seguir, o Vereador

AP

Antes Berra de Figueiredo exibiu e proferiu o livro de dados, com despesas realizadas pelo Governo anterior aplicando em certos setores da Administração coisas da Educação. Afirmou que tal quadro demonstrava claramente que a Educação no Município, não alcançara o índice de tinta e embo por cento do Orçamento. Afirmou que alguns Vereadores tinham consciência de tal situação, comentando ainda que o Vereador que fora Secretário de Fazenda, ao se afastar deixara em seu lugar uma Senhora que seguia suas orientações, pagava o que o Vereador queria, o que fosse ordenado, mas a referida Senhora não tinha capacidade, pois era necessária uma certa arrendia para o exercício do cargo. Prosseguindo, disse que com tanto dinheiro sendo aplicado em outras áreas, o sistema Municipal de Ensino fora prejudicado, com Escolas abandonadas, quatro mil alunos fora das salas de aula. Prosseguindo, disse que a sua exposição de dados era parcial, que não continha todos os registros, mas podia afirmar que algumas despesas pagas com acerto da Educação se constituíam em verdadeira vergonha, mas nada disso fora passado para os meninos que haviam participado das manifestações do dia 22 de maio. Falou do acidente ocorrido pelo Vereador Guy Silva da Rocha, do Vereador Manoel Justino da Silva filho que só não fora apedrejado porque tinha que armar sua saída. Diz que os fatos eram muito tristes, pois eram jovens do nível de escola que seguiam a disciplina de sua diretora, lembrando a seguir as ofensas sofridas pela Vereadora Maria Luíza Caladara Ramos Rômica. Encerrando sua fala, disse que por péssimo comportamento de alguns Vereadores, fatos muito graves poderiam ter acontecido no dia 22 e que se via motivo de arrependimento para o resto de suas vidas, não fazendo mais Vereadores insuportáveis e Senhoras Vereadoras em

duziu os trabalhos para a Ordem do Dia, Sexta etapa, foram
 aprovadas as seguintes matérias: Aprovado parecer favorável da
 Comissão de Constituição e Justiça ao projeto de Lei nº 027/97 - Benzox-
 gem nº 006/97. Aprovado requerimento de Urgência nº 062/97 para
 o referido projeto de Lei nº 027/97 - Benzoxgem 006/97 para as duas
 Comissões Técnicas. Aprovado parecer favorável da Comissão de
 Saúde e Meio Ambiente ao projeto de Lei nº 020/97, sendo encami-
 nhado a seguir para a Comissão de Redação Final. A seguir, fo-
 ram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça
 os projetos nos: projeto de Lei nº 022/97, 028/97 - Benzoxgem 010/97 e
 029/97. Aprovados os requerimentos nos: 063/97, 064/97, 065/97,
 066/97. Rejeitados os seguintes requerimentos de nos 067/97, 068/
 97 e 069/97. Aprovados os requerimentos nos 070/97, 071/97, 073/
 97 e 059/97. Aprovadas as Indicações nos 135/97, 100/97, 120/97,
 129/97, 131/97, 132/97, 133/97, 136/97, 137/97 e 138/97. Terminada
 a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para
 a Explicação Pessoal. Deu-se a Tribuna em Explicação Pessoal,
 o Orador Osmar Sampaio da Silva, comentando de início que
 após os acontecimentos da Sessão do dia 22 de maio, era na-
 tural que razões e argumentos fossem apresentados para ju-
 stificar posições, lamentando que formadores de opinião, po-
 liticólogos e programas de Governo não tivessem feito a
 coragem de mostrar suas tendências. Respeitando, disse que
 tentara colaborar com o único orador inscrito naquela Sessão,
 no sentido de acrescentar as suas assinaturas, que o programa
 executado pelo Governo fosse benéfico ao Município e ao
 desenvolvimento do Município, inclusive com o voto do Ilustre Vereador
 Odiluzo que lamentavelmente o Governo chegou ao seu fi-
 nal e o Vereador mudava de posição. Adiante, disse que o
 Governo fosse benéfico refletia um bom trabalho na Cultura,
 o que mostrava também o que explicara o Orador, e
 tanto era verdade o crescimento da Cultura que os entendidos
 do atual Governo optaram por criar uma Secretaria de Cultura

foi também do euidado do Governo José Bonifácio com o Patrimônio Cultural e Arquitetônico, insistindo acabar para a recuperação do Phantas, do Forte São Baltazar, restando o terreno da Guia e o Anjo Doido, que o Governo atual em função de verbas consignadas estava implementando obras. Nesse equívoco, afirmou que a Emenda aprovada reduzindo verbas da Educação, não seria praxeada no ano em curso, com o Prefeito sendo obrigado a editar Decretos anulando verbas da Educação dando outra destinação. Argumentou que o Prefeito não tinha outra saída a não ser a anulação de verbas, como o fizera com quatrocentos mil reais de precatórios, e da mesma forma cento e sessenta mil reais da "pobre" (sic) Tamoia para transferir para a Secretaria de Turismo. Com relação a outra Emenda retirada de pauta naquela sessão, arrolou as afirmações de que receitas correntes não poderiam ser empenhadas, por serem específicas, e, ainda, a redação da Alínea III do Art. 167 da Constituição Federal, e assim, disse que não adiantara enganar estudantes, prometendo vincular dois e meio de receitas correntes o que era ilegal. Em seguida disse que o que garantia recursos para a Educação, para a Saúde, para atender as prioridades do Município era a consuetude da maioria dos Vereadores, aos quais ele chamara para a reflexão na busca do caminho que levasse aos interesses da sociedade. A seguir, ouviu a Tribuna em explicação pessoal, o Vereador Jânio dos Santos Mendes, afirmando de início não haver motivos para brincar de "isconde-isconde" (sic) pois tinha consuetude de que seus argumentos e posições partam de uma consuetude livre e sincera. Afirmou também que se em algum momento de sua vida falhasse com alguém, teria a humildade suficiente para reconhecer o erro e pedir desculpas. Concluiu que a elarividência dos seus atos, praxeados ao longo da atual legislatura nada reproduzia que pudesse macular ou, leva-lo a pedir des-

culpas. Disse ter conversado com os estudantes que integravam a liderança do Colégio Rui Barbosa, podendo afirmar que se excessos haviam sido registrados no dia 22 de maio não havia orientação de tais lideranças, sendo preciso deixar claro que estudantes não eram massa de manobra de ninguém. Fez fazer que os estudantes tinham plena consciência dos seus direitos e deveres e alguma de tudo o Prefeito desearhino dos problemas da Educação. Disse que se algum excesso fora cometido por um ou outro estudante, ou terceiros infiltrados no movimento visando o seu esvaziamento, a direção iria procurar os Senhores Dirigentes de "per si", para os esclarecimentos necessários. Reportando-se a participação de Orador no uso da tribuna, argumentou que cultura e esporte haviam sido contemplados com acbas que estabeleceram o Orçamento em ano e assim eram legítimos os investimentos citados, e assim, com todo o aparato de legalidade o Governo foi Bonifácio de gaza a, casa dos tinta e se se por tanto por aplicações em Educação e cultura, além de Esportes. Indagou se os Vereadores seriam contra a construção do Ginásio Poliesportivo, indagou se era mais importante investir em tinta da segunda educação de Professores, se era mais importante um meio de escudo do que o forte iluminado, se para a Câmara a Biblioteca Municipal de nada valia, e assim, encerrou sua fala. Como último Orador em explicação pessoal, ocupou a tribuna o Vereador Ranuel Filho da Silva Filho, afirmando de início que por sua primária, jamais seria longe qualquer movimento qual dentro do mesmo Democraico. Reportando-se aos acontecimentos da sessão do dia 22 de maio, disse que pessoalmente ficara chocado e envergonhado como cidadão, quando da existência epitarom: "su negro isto, su negro aquilo" (sic). Disse que ao usarem tais termos, pessoas haviam sendo toda uma sociedade visando-lhe soluto, que a liderança do movimento era se o seu protesto diante de tão clara manifestação

de raizismo. falou do que considerava a maquiagem de um
Orçamento, escondido atrás de algumas formas de aplicação
na Cultura, durante de cumprir o que determinara a Lei Orgâ-
nica. Disse que não cometera nenhum erro ao apresentar a
Emenda adequando os investimentos na área do Educacão.
Citou a seguir matéria publicada no jornal "O Globo", quando
um professor Universitário se referia à maquiagem que se tor-
nava prática comum, com o Orçamento da Educação. falou que
durante um dia, no Gabinete do Prefeito, discutira dignamente
junto com alunos do Colégio Rui Barbosa, alternativas que garan-
tizem o Educandário. Teve considerações sobre a votação de
sua Emenda, e sua posição, garantindo, começando a Presi-
dência, convencendo aos seus votos, a manter o acordo, e as-
sim tinha a consciência tranquila, não podendo ser ofendido com
as expressões já aludida entendeu que estaria firme na defe-
sa do estrib. entendendo aos preceitos Orçamentários, por-
ta o que determinara a Lei Orgânica, com a publicação de
relações mensais, o que não havia sido prática no Governo
dos que hoje o acusavam. Lembrou a seguir do Processo
movido contra o Governo anterior, por iniciativa de ex-Vere-
dor e Professor da Rede Municipal, sob alegação de superfatura-
mento na aquisição de livros, o que certamente não era
do conhecimento dos Estudantes. Encerrou sua fala, dizendo
de honra em ser negro e, como negro, havia defendido o Or-
çamento não fazendo mais vitorias, para o uso da Tribu-
na em Explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a
presente sessão em nome de Deus, marcando Extraordina-
ria para dentro de quinze minutos e, para constar, mandou
que se levantasse o presente dia, que depois de lida, submetida
à aprovação Plenária, aprovada, emo assinada para que produ-
za os seus efeitos legais

Mexia

Des. Os